

PORTARIA COREN-PE Nº 2102/2024

Designa enfermeiro fiscal para realizar fiscalização reativa em conjunto com o Ministério Público do Estado de Pernambuco, no Recife, a partir de 26/11/2024, com prazo de conclusão de 90 dias

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Pernambuco junto à Conselheira Secretária desta Autarquia no uso de suas atribuições legais e regimentais;

Considerando que o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Enfermagem são autarquias federais, criadas pela Lei Federal nº 5.905, de 12 de julho de 1973, em seus Arts. 1º e 2º;

Considerando Resolução Cofen nº 725/2023 – Manual de Fiscalização;

Considerando o Memorando de nº 0093/2024-DIFIS-Sede e cronograma do fiscal, em anexo;

Considerando o Despacho nº 2965/2024-COREN/DIPRE, baixam as seguintes determinações:

Art. 1º Designar o enfermeiro fiscal **Milécyo de Lima Silva** para realizar fiscalização **reativa** em conjunto com o Ministério Público do Estado de Pernambuco, **no Recife**, devendo ocorrer a partir do dia **26/11/2024**, com prazo de **conclusão de 90 (noventa) dias**;

Art. 2º Determinar que todas as fases da fiscalização sejam conduzidas conforme os procedimentos estabelecidos, garantindo a efetividade e a conformidade com as normas vigentes;

PORTARIA COREN-PE Nº 2102/2024

Art. 3º Fica a chefia do DIFIS/Sede responsável por monitorar o prazo total de duração do trabalho e avaliar, junto ao enfermeiro fiscal, possíveis prorrogações e alterações necessárias, de acordo com as características da entidade fiscalizada e os motivos da fiscalização;

Art. 4º Dê-se e cumpra-se.

Recife, 25 de novembro 2024.